

Paulo Eduardo Arantes, *Formação e desconstrução. Uma visita ao Museu da Ideologia Francesa*. Posfácio de Giovanni Zanotti. São Paulo, Editora 34, 2021. 336 p.

Por João Arthur Macieira  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro,  
Rio de Janeiro, Brasil  
<https://orcid.org/0000-0001-6027-399X>

*Dialética com senso de ridículo: sobre Formação e desconstrução*

Paulo Eduardo Arantes, em uma de suas incontáveis *lives*, entrevistas ou gravações de seminários, diz a respeito de Bento Prado Jr. que esse era, antes de tudo, um homem de letras brasileiro, portanto alguém dotado de um *senso de ridículo* – nas palavras de Paulo, “dupla

personalidade intelectual, uma filosófica e outra literária” (Arantes, 2021, p. 97). Coisa que o levava a um pensamento (e temperamento) plenamente ácido, ainda que intelectualmente respeitoso, na maioria das vezes. Também, nas primeiras linhas de *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: Dualidade e dialética segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*, diz sobre a obra do primeiro (o que vale, evidentemente, também para o segundo) que “há dialética por todos os lados” (Arantes, 1992). Pode-se dizer, com muita justeza, que o que Paulo Arantes afirma sobre seus mestres é o que encontramos em seu próprio texto, combina o melhor dos dois elementos.

Desde *Um departamento francês de ultramar* (Arantes, 1994), o autor assumiu decididamente o papel de um figurante entre figurões. A partir dessa vantajosa posição, ligeiramente distanciada – que está longe de ser sinônimo de *neutra* –, mas próxima o suficiente para apreender o “clima dos debates”, Paulo Arantes aprendeu a narrar de um ponto de vista extremamente particular, que mescla a história intelectual, filosófica e narrativa. Mas também se poderia dizer que é como conversar com o sujeito que chegou logo antes do fim da festa: teve tempo de ouvir as melhores histórias, sem ter de participar ativamente de nenhuma delas.

Essa é a perspectiva de *Formação e desconstrução*, livro escrito durante as últimas décadas do século passado, mas publicado apenas em 2021 pela Editora 34/Duas Cidades. Apesar de mais distante que seu objeto no *Departamento*, certamente não se pode dizer que lhe é alheio – tampouco ao público letrado no Brasil, como atesta o ensaio-conferência “Alta-costura francesa: nem Apel, nem Rorty”, anteriormente publicado em *Erro, ilusão, loucura*, de Bento Prado Jr. (2004), a propósito de um dos eventos do Ciclo Mutações.

O livro atual conta com três partes, a primeira vai de encontro à Ideologia Francesa em si, a segunda vai ao encontro do pensamento de Gerard Lebrun, e a terceira são dois textos-comentários sobre Hegel (ou Kojève lendo Hegel), “especialidade da casa”, como diz o autor (Arantes, 2021). Livro, portanto, fragmentário, mas que é capaz de tecer uma costura geral. Aqui, comento diretamente apenas a primeira parte, apesar de as ideias que a unem às duas precedentes estarem aqui resenhadas também. Ao final, conta-se também um pertinente posfácio de Giovanni Zannotti.

Dotado da dialética enquanto condutora das intuições, somado ao tal *senso de ridículo* do escritor brasileiro, Arantes concebe a promoção da vida intelectual *per se* enquanto algo um tanto sem propósito. Daí que a história intelectual que marca o nascimento dos pós-modernos (ideólogos) franceses, assim como a navegação de suas ideias através do Atlântico, até a tomada dos departamentos norte-americanos, deva ser narrada quase como uma aventura picaresca. A validade da filosofia não se mantém por um segundo em pé, quando não ajuda a fazer a vida melhor. Claro que isso não o joga para o lado dos representantes da neofilosofia da vida e dos gurus da cultura *coach* e do empreendedorismo de si mesmo.

Um de seus objetivos mais explícitos reside numa contraposição à chamada Terceira Geração da Escola de Frankfurt – representada, muitas vezes, por seu patrono, Jürgen Habermas, e seu filho menor, Axel Honneth. Em disputa se encontra a memória da Segunda Geração, em especial o sentido que daremos às dialéticas negativa e do esclarecimento de Theodor Adorno. O que realmente está em jogo? O destino da Teoria Crítica alemã (que, num gesto de tremenda comicidade, é aqui defendida por brasileiros contra os próprios

alunos alemães de Adorno e Horkheimer) que, para Habermas e Honneth, começou a sair dos eixos já com seus mestres-antecessores. Para justificá-lo, a mais recente dupla frankfurtiana os associa ao irracionalismo francês de 1968, forçando, por vezes, paralelos entre suas obras. Nas trincheiras contra essa associação, Arantes reposiciona a dialética do esclarecimento dentro do projeto da *Aufklärung*, enquanto crítica imanente, contra a vontade dos terceiros. O livro ganha muito sentido se lido contra *O discurso filosófico da modernidade*, de Habermas (2000): desde então, Heidegger, Bataille, Adorno, Foucault, Derrida (e derivados) são todos jogados no mesmo saco e atirados para fora da janela com vontade. Isso em nome de um projeto de Modernidade e de Razão que, aos olhos do “modesto professor de filosofia” paulista, parece injustificado.

Foi preciso, então, que Arantes mostrasse como a própria existência da chamada Ideologia Francesa foi também um fenômeno histórico de bases materiais que estão muito além da ressaca (amarga) política do Maio de 1968 francês – como Habermas entendia o motivo do sucesso de um Foucault. Daí surge uma percepção genial do professor uspiano, em que os ideólogos franceses aparecem como uma espécie de repetição cômica dos ideólogos do século passado, aqueles responsáveis pela aparição da crítica da crítica crítica de Marx: os filósofos alemães dos anos 40 do século XIX (Bruno Bauer, Feuerbach e Cia.). De modo que se adiciona um pêndulo – possível referência ao *pêndulo de Foucault*, de Umberto Eco (1989)? – que vai da Alemanha à França – isto é, dos “neonietzschianos”, Weber e a Escola de Frankfurt, lidos por Foucault, Derrida e Cia., – e de volta, agora recebidos com verdadeiro espanto pela intelectualidade alemã (Habermas e seus companheiros). Como se Foucault (2019;

1987) tivesse fornecido, através da sua *História da loucura* ou *Vigiar e punir*, uma radicalização “desabusada” (nos termos de Arantes) daquela *jaula de aço* weberiana que seguiu através da Escola de Frankfurt até chegar ao *mundo administrado* de Adorno, o que foi o suficiente para fazer os alemães acompanharem “a volta do pêndulo” com “*brívido d’horrore*” (Arantes, 2021, p. 59). De modo que agora a França do pós-Segunda Guerra, antes na posição do polo avançado do continente Europeu no século XIX, agora aparece enquanto um país que “ia deixando de ser um país rural e provinciano” que, contudo, exporta ideologia – mas não apenas para a Alemanha, o país mais industrializado, em vias de ocupação do posto de principal potência europeia, mas também para o centro capitalista do mundo, os Estados Unidos. Como explicar tal situação surpreendente e altamente cômica? Deve-se começar com uma ressalva, do próprio Arantes: “Para os franceses já se trata apenas de Literatura” (*Idem*, p. 59).

Além disso, não são apenas os estadunidenses que receberão a chamada Teoria Francesa, mas também os brasileiros não estiveram alheios ao processo, chegando mesmo ao improprio de dizer que “descobrimos no Brasil a verdadeira pátria da Desconstrução” (*Idem*, p. 71). Cita de exemplo a crítica de Haroldo de Campos contra Antonio Candido no *Sequestro do Barroco* (Campos, 1989) e a profusão de estudos foucaultianos na Medicina Social, Psiquiatria, do sistema penal, cuja única diferença dos símiles franceses seriam os “sonoros nomes portugueses”, “com *panopticum* e tudo” (*Idem*, p. 78). Sendo esse um exemplo-mor do *senso de ridículo* intelectual de Arantes – uma vez que a situação só poderia ser descrita como mimese no seu sentido mais pejorativo e inconsciente – mas que está longe de poder ser descrita como improdutiva; bastaria pensar no aparecimento

de um autor e crítico como Silviano Santiago para perceber que a corrente desconstrucionista não levou apenas à piada pronta. De todo modo, Arantes comenta, relatando a passagem de Foucault pela USP em 1965, que, de tão martelada a filosofia francesa, antiga e atual, as tais ideias radicais do autor em alta não causaram aquele mesmo espanto alemão. Parece até se gabar do fato de que “já não será mais possível avaliar a trajetória da Ideologia Francesa ignorando o rastro revelador que deixou no Brasil” (*Idem*, p. 84).

O Brasil, portanto, aparece como laboratório da experiência de recepção do pensamento – não, certamente, do seu conteúdo, mas da *forma*, especificamente, da *forma de apreensão* – que aparecerá mais tarde no final do século XX nos Estados Unidos. Como se fossem duas experiências distintas da recepção das ideias francesas. No Brasil, tendo como caso exemplar a USP, estavam já saturados de tanto aprender a pensar a partir do método estrutural de estudos de obras filosóficas; nos Estados Unidos, país que recebeu imigrantes intelectuais em massa, a filosofia analítica fez sua hegemonia e, portanto, os pós-estruturalistas entraram causando choques mais intensos. A reação viria, entretanto, a partir de alguns nomes excepcionais, como Richard Rorty.

Reforçando a ideia (uspiana, de modo geral) de longa data de que o Brasil não possui uma filosofia própria; de que está, na maior parte do seu tempo, gastando energia intelectual em busca de formas de legitimar sua cultura através da moda europeia da vez, sobra apenas uma espécie de método vazio – uma casca receptora que há de apreender os conteúdos sempre da mesma maneira: “estamos na terra da filosofia ao quadrado... aqui a filosofia da filosofia precede a própria filosofia, portanto na pátria da metafilosofia e outras

metas correlatas” (*Idem*, p. 99). Trata-se justamente daquele elemento ressaltado no início deste texto: dialética e senso de ridículo são o melhor e o mais original que podemos esperar de nossos intelectuais (Arantes, certamente, não se restringe aos filósofos aqui).

O leitor há de sentir a presença de certo fantasma antropofágico circundando essa tese, assim como aquela oposição entre Tradição Crítica (que, para Arantes, começa em Joaquim Nabuco e Machado de Assis e vai até Roberto Schwarz, isto é, uma tradição intelectual tipicamente uspiana) e autoilusão periférica, que pode incluir tanto nacionalismos ufanistas, até marxismos fanáticos e seguidores de modas da vez, sempre se revezando através das décadas em oposição à firme condição de pensamento independente e crítico que é feito na FFLCH. Longe, aqui, de querer dizer o contrário, mas o argumento de fato leva, inevitavelmente, à autocongratulação uspiana. As bases desse trunfo brasileiro são, entretanto, sua “deficiência” em relação à vida materialmente melhor e civilizacionalmente mais desenvolvida da Europa e dos Estados Unidos: “também no extremo da periferia podíamos deparar com o centro de gravidade de uma vida filosófico-literária plena” (*Idem*, p. 100).

É, portanto, através da experiência brasileira que Arantes vai ler a recepção dos pós-modernos (ou “pós-estruturalistas”, que aparecerão como “pós-analíticos” em Rorty etc.) nos Estados Unidos. Dotado de muito bom humor, em especial quando mimetiza a linguagem norte-americana (“Antes de passarmos à *relaxed attitude*” ou “um certo *skill at argumentation*”, *idem*, p. 104), percebe também um clima de competitividade acadêmico de natureza capitalista absolutamente impensável no Brasil. Os intelectuais norte-americanos viam-se numa sinuca de bico intragável, em

que a especialização era a regra, mas que não conseguiu excluir por completo os últimos intelectuais públicos (do tipo Wright Mills, que agrada muito a Arantes), sujeitos que percebiam a falência do sentido da própria existência dos intelectuais no cenário de puro *problem solving* da filosofia analítica e de competição aberta entre os departamentos de diferentes universidades.

É no espírito de Wright Mills, recuperando o *pragmatismo* de John Dewey de seu ostracismo intelectual durante o meio do século xx, que Arantes aloca seu protagonista do capítulo estadunidense, Richard Rorty. Responsável pelo movimento quase-heróico de recuperação (e, conseqüentemente, de invenção) de uma tradição pragmática da filosofia estadunidense, Rorty “trazia de volta consigo o impulso de reconstrução social dos tempos do New Deal e com ele a promessa de romper o confinamento, o horizonte raso do filósofo burocratizado pela divisão do trabalho de ‘pesquisa’ em equipe”. Essa virada pré-Ideologia Francesa preparou o terreno, uma vez que o tipo de pragmatismo que Rorty fundava tinha como marca o “empório estilístico, o bazar de paradigmas de alta rotatividade, acrescidos da cor local rediviva, [e] convergiam num pragmatismo *soft*, em dia com a revelação da contingência da linguagem, do Eu e dos vínculos sociais, virada antifundacionista que agora sim podia abrir uma janela para o mundo” (*Idem*, p. 111). Pragmatismo (Dewey) e consciência trágica do sujeito moderno (Simmel) poderiam andar juntos pelas rodovias americanas.

Contraopondo-se à figura do intelectual fragmentário profissional encontrado nas universidades, Rorty coloca o crítico literário (quem diria) como espécie de tipo ideal. De modo que o clima intelectual americano, a partir de Rorty, possuía já sua própria tradição,

que mesclava filosofia e literatura, Thoreau e Emerson com Kant e, portanto, também se encontrava, a seu modo, calejada na hora em que desembarcou a Ideologia Francesa: “Rorty começou a notar que [...] a irradiação dos teóricos americanos da literatura se aproximava e se assemelhava cada vez mais à exercida pelos professores franceses de filosofia” (*Idem*, p. 115). Apesar de plausível, a explicação para o sucesso desse encontro é justamente a capacidade de fazer parecer radical o que não é, de conciliar *linha de fuga* (termo de Deleuze, a partir da literatura estadunidense, inclusive) com o *establishment*, é curta e não convence totalmente.

Paulo Arantes faz também uma digressão – que tem cara de nota de rodapé, mas que na verdade é um parágrafo longuíssimo que atravessa ao menos três páginas inteiras – através da história intelectual inglesa, para mostrar como, por via diversa, também os resultados de uma industrialização, a invasão da lógica capitalista na cultura, produziram, nos anos 1930, uma geração de intelectuais que acreditavam na Literatura e somente nela: “Nesta derradeira minoria cultural se refugia enfim a consciência da espécie” (*Idem*, p. 127).

Baseado em Raymond Williams e Terry Eagleton, essa digressão explica em muito o sucesso de empreitadas como o *London, Paris* ou o *New York Review of Books* – revistas coletivas, cuja atividade está muito além de “resenhar livros”, mas têm na literatura a chave de acesso à sociedade, história, política, cultura etc. O Brasil tem também na sua cultura – menor e menos desenvolvida, certamente – pensadores da literatura que visam o Todo; todos (ou quase todos) acadêmicos, que, entretanto, não contam com uma *Sao Paolo, Rio de Janeiro, Recife... Review of Books* equivalente.

#### Referências Bibliográficas

- ARANTES, Paulo Eduardo. (2021), *Formação e desconstrução. Uma visita ao Museu da Ideologia Francesa*. Posfácio de Giovanni Zanotti. São Paulo, Editora 34 (col. Espírito Crítico).
- ARANTES, Paulo Eduardo. (1992), *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- ARANTES, Paulo Eduardo. (1994), *Um departamento francês de ultramar: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana – uma experiência nos anos 60*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CAMPOS, Haroldo de. (1989), *O sequestro do Barroco na Formação da literatura brasileira: o caso Gregório de Matos*. Salvador, Fundação Casa Jorge Amado.
- ECO, Umberto. (1989), *O pêndulo de Foucault*. Rio de Janeiro, Record.
- FOUCAULT, Michel. (2019), *História da loucura na Idade Clássica*. Tradução de José Teixeira Coelho Netto, Newton Cunha. Prefácio de Vladimir Safatle. São Paulo, Perspectiva (col. Estudos).
- FOUCAULT, Michel. (1987), *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramalheite. Petrópolis, Vozes.
- HABERMAS, Jürgen. (2000), *O discurso filosófico da modernidade: doze lições*. Tradução de Luiz Sérgio Repa, Rodnei Nascimento. São Paulo, Martins Fontes (col. Tópicos).
- PRADO JR., Bento. (2004), *Erro, ilusão, loucura: ensaios*. Comentários de Arley Ramos Moreno, Sérgio Cardoso e Paulo Eduardo Arantes. São Paulo, Editora 34.

Texto recebido em 21/06/2023 e aprovado em 03/09/2023.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2023.213447.

